





ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

valor previsto no orçamento está excessivamente elevado diante do momento difícil experimentado pela economia do país, sendo necessário que o Ministério Público integre os esforços para que as despesas públicas sejam reduzidas. O membro da Comissão tratou ainda dos valores referentes a serviços de tecnologia da informação, setor que, isoladamente, tem orçamento próximo daquele deferido ao restante dos setores da instituição somados. O Diretor José Aílton esclareceu que o setor de tecnologia da informação é responsável pelo pagamento de diversas licenças de *software*. Acrescentou que todos os Diretores da instituição fizeram esforços para reduzir os orçamentos de suas respectivas áreas. Os membros da Comissão reforçaram a necessidade de pleitear verbas em montante semelhante ao do exercício anterior, sinalizando a adequação da instituição à conjuntura econômica do país. Dr. José Carlos questionou o orçamento do Gabinete de Segurança Institucional e da Escola Superior, os diversos contratos relativos à manutenção de motocicletas, bem como as despesas previstas com diárias de viagens, filmagens e cursos de diversas áreas. Dr. Rodomarques sugeriu que fosse feita uma reavaliação do orçamento por parte dos gestores para que sejam excluídas despesas não essenciais. Face à determinação do Conselho Nacional do Ministério Público de que seja suspenso o pagamento de auxílio-moradia retroativo, os membros da Comissão recomendaram que não conste a previsão de cerca de 12,4 milhões de reais referentes à despesa mencionada. Sugeriram, ainda, que a previsão orçamentária corresponda a um valor próximo do solicitado no exercício anterior acrescido da receita necessária ao pagamento de inativos e pensionistas, chegando-se a um montante de R\$ 262.395.792,00. Desde já, restou designada a data de 13 de julho de 2016, às 10h00, para a realização de reunião extraordinária da presente Comissão com a finalidade de apreciar o relatório da Minuta de Proposta Orçamentária do Ministério Público do Estado de Sergipe para o Exercício 2017. Ausentes outros temas a tratar no momento, o Dr. José Carlos de Oliveira Filho,



ESTADO DE SERGIPE  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

No dia 11 de julho de 2016, no edifício Luiz Garcia, no gabinete da 12ª Procuradoria de Justiça, foi promovida reunião da Comissão de Assuntos Administrativos do Ministério Público do Estado de Sergipe em que se fizeram presentes os Procuradores de Justiça **José Carlos de Oliveira Filho**, **Rodomarques Nascimento** e **Celso Luis Dória Leó**, bem como o servidor José Aílton Nunes da Silva, Diretor de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil, registrando-se a ausência justificada do Coordenador da Divisão de Orçamento, Givanilson Santos de Jesus, que se encontra em gozo de férias. Abertos os trabalhos, foi feita explanação inicial por parte do Diretor José Aílton, no sentido de que o orçamento de 2016 sofreu um aumento considerável diante da necessidade de cobrir gastos surgidos no exercício, a exemplo do aumento de subsídios. Afirmou que o Estado de Sergipe estipulou o valor de cerca de 178 milhões de reais para o exercício de 2016, embora fossem solicitados cerca de 228 milhões. Prosseguiu informando que o Ministério Público do Estado de Sergipe logrou fazer uma economia de mais de 11 milhões de reais no exercício de 2015 com diversos cortes de despesas, restando pouco mais de 4 milhões de receita autorizada e não despendida. Por outro lado, a conta para gastos com pessoal neste ano ficou em cerca de 120 milhões de reais quando seriam necessários quase 125 milhões, situação que ensejou o pleito de R\$ 4.186.860,20 milhões de verba suplementar ao Estado de Sergipe. Explicou que o incremento do orçamento está vinculado ao eventual aumento da receita corrente líquida, sendo calculado sobre o montante do orçamento anterior descontada a verba destinada ao pagamento da PAE. No orçamento previsto para 2017, há um acréscimo de 40 milhões de reais, em especial, em atenção à possibilidade de o pagamento dos inativos e pensionistas passar a ser de responsabilidade do Ministério Público. Há ainda a previsão de receita para o pagamento do adicional por tempo de serviço para membros da instituição, diante da perspectiva de aprovação do projeto de lei que discute a matéria. Dr. Celso Leó registrou que o